

Companhia do Metrô da Bahia

**Demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e relatório dos auditores
independentes sobre as demonstrações financeiras**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	8
Balancos patrimoniais	11
Demonstrações dos resultados	12
Demonstrações dos resultados abrangentes	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16

Relatório da Administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos acionistas

É com grande satisfação que apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades da Companhia do Metrô da Bahia, acompanhado das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2022 e do Relatório dos Auditores Independentes.

1.2 Apresentação

A Companhia é uma empresa do Grupo CCR, uma das maiores companhias de concessões em infraestrutura da América Latina. Desde 2013, a Companhia é responsável pela construção, manutenção e operação do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas (SMSL), por um período de 30 anos, através de uma Parceria Público-Privada (PPP), com investimentos na ordem de R\$ 6 bilhões. Além disso, foi o sistema metroviário que mais cresceu na América Latina nos últimos anos, gerando cerca de oito mil empregos no auge das obras.

Atualmente, a Companhia opera duas linhas metroviárias, com 33 km de extensão, 20 estações, 8 terminais de integração com ônibus, frota de 40 trens, emprega cerca de 1.400 colaboradores e possui mais de 2 mil câmeras de monitoramento interligadas ao Centro de Controle Operacional da Concessionária.

O metrô é um importante vetor da ampliação da mobilidade urbana de Salvador, contribuindo com a redução de gargalos na cidade e região metropolitana. Trouxe melhoria da qualidade ambiental, com redução do número de veículos nas ruas, melhoria da qualidade de vida dos soteropolitanos, com um sistema de transporte público moderno, rápido, seguro e sustentável.

1.3 Destaques de 2022

Em dezembro de 2022, ocorreu a transferência de titularidade de todas as ações da Companhia do Metrô da Bahia sob o controle da CPC (Companhia de Participação em Concessões) para a CCR S.A. e conseguinte aumento do capital social em R\$ 151 milhões.

Em 29 de dezembro de 2022, foi assinado o Termo Aditivo n.º 10 que versa sobre a operação do Tramo 3 da Linha 1 (trecho entre a estação Pirajá e a estação Águas Claras/Cajazeiras) e sobre as diretrizes para a implantação e operação de conectividade banda larga via *wi-fi* nas estações do Sistema Metroviário Salvador e Lauro de Freitas (SMSL). Em razão da necessidade de se realizar a efetiva recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, foram estabelecidas duas novas contraprestações públicas mensais (Marginal 16 e Marginal 17), assim como seus montantes e condições de pagamento. O Termo Aditivo n.º 10 também prevê a possibilidade de que o Concedente solicite à Companhia a promoção de estudos relacionados ao Metrô, mediante ressarcimento, que poderão resultar em investimentos adicionais.

A Companhia transportou cerca de 95 milhões de clientes em 2022 e realizou mais de 280 mil viagens. No total, os trens percorreram mais de 5 milhões de quilômetros, que equivalem a 125 voltas ao planeta Terra ou a mais de 6 viagens de ida e volta à Lua. Desde 2014, início da operação, a Companhia já transportou mais de 481 milhões de pessoas.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1 Mercado

O Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas (SMSL) está inserido em uma região de grandes polos geradores de tráfego nos municípios de Salvador e de Lauro de Freitas, tendo como destaque os setores de comércio, serviços, educação e saúde.

A implantação do SMSL possibilita mais benefícios sociais e qualidade de vida, expressos pela redução do tempo de viagem despendido pela população e pela redução da emissão de poluentes, que modernizou e solucionou parte dos problemas relacionados à mobilidade urbana da região, bem como reestruturou o sistema viário, integrando com outros modais e proporcionando um sistema de transporte coletivo eficiente.

2.2 Desempenho da Companhia

R\$ mil	2022	2021	Variação %
Receita operacional	913.854	940.901	-2,87%
Custos e despesas totais	(436.206)	(420.777)	3,67%
Resultado financeiro	(464.926)	(288.774)	61,00%
Resultado líquido	7.365	152.153	-95,16%
Dívida bruta	3.778.569	3.812.490	-0,89%

Quadro resumo do desempenho econômico-financeiro

2.2.1 Receita operacional

A receita metroviária em 2022 totalizou R\$ 471.931 (8% maior que 2021) e representou 90% do total da receita (excluindo receita de construção e receita de remuneração dos ativos). Este crescimento é resultado do aumento da demanda devido ao retorno das atividades presenciais possibilitadas pelas ações de controle à pandemia de COVID-19. Já a receita de construção reduziu 41% em 2022 se comparada ao ano de 2021 (de R\$ 73.093 para R\$ 42.892), principalmente em consequência das obrigações financeiras previstas nos contratos de investimento já terem sido implementadas.

2.2.2 Custos e despesas totais

Os custos e despesas totais da Companhia apresentam um aumento de 3,67% em relação ao ano de 2021. Esse aumento se relaciona principalmente aos Custos com pessoal (benefícios e *headcount*) e a realização de gastos gerais postergados pela pandemia.

2.2.3 Resultado líquido

O resultado líquido da Companhia no ano de 2022 foi de R\$ 7.365, tendo como principais destaques a redução da receita operacional e o aumento das despesas financeiras com a contratação da fiança nos termos e condições estabelecidas nos contratos de financiamento celebrados com BNDES.

2.2.4 Dívida

Em 2022, a Companhia realizou amortizações do financiamento de longo prazo contratado junto ao BNDES reduzindo a dívida bruta de R\$ 3.812.490, em 2021, para R\$ 3.778.569.

2.3 Perspectivas

Em 2023, a Companhia prevê: (i) o início da operação do Tramo 3 da Linha 1 (aumentando o trecho de extensão em 4,65 km e adicionando duas estações e dois terminais de integração); (ii) desenvolvimento satisfatório do procedimento arbitral que busca dirimir a controvérsia referente ao Risco Compartilhado de Demanda; (iii) que seja continuado o processo de seccionamento das linhas de ônibus urbana e metropolitana; e (iv) a recuperação da demanda, com base na evolução da Campanha Nacional de combate ao Coronavírus.

3. Estratégia e Gestão

3.1 Governança Corporativa

A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado, tendo a CCR S.A. como sua única Controladora.

O Conselho de Administração da Companhia é composto por três membros efetivos, eleitos em assembleia geral de acionistas, sendo atualmente Marcio Magalhães Hannas o Presidente do Conselho, Roberto Vollmer Labarthe e Roberto Penna Chaves Neto os demais membros efetivos. A Diretoria, composta por dois membros, foi eleita pelo Conselho de Administração sendo André Luis Pereira Costa (Diretor Presidente) e Marcio Magalhães Hannas (Diretor).

3.2 Gestão de Pessoas

Sabemos que o sucesso do negócio depende de profissionais devidamente qualificados e comprometidos com os objetivos estratégicos da empresa. Para isso é necessário assegurar a atração, a retenção e o desenvolvimento dos colaboradores.

Em 2022, foi otimizado o quadro de pessoal da Companhia com bastante oportunidade de trabalho, seguido de treinamentos e qualificações para os colaboradores. Foram ofertadas 361 vagas para o público interno e externo, 252 pessoas admitidas e 102 colaboradores promovidos, dos quais foram efetivados 7 jovens aprendizes e 4 estagiários. Em dezembro de 2022 o quadro de funcionários era composto 1.386 colaboradores diretos.

Foram investidos mais de R\$ 900 mil em programas de capacitação dos colaboradores, correspondendo a mais de 20 mil horas de treinamentos, em sua maioria presencial. Além disso, foram conferidos aos nossos colaboradores, nos termos da nossa política de benefícios: (i) plano de previdência privada pela CCR Prev PGBL, administrado pelo Itaú Vida e Previdência S/A; e (ii) benefícios sociais como programas de auxílio e/ou suplementares ao bem-estar social extensivo aos seus dependentes legais.

4. Sustentabilidade

A sustentabilidade subsidiada pelos pilares ESG é um tema estratégico do Grupo CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento. Nossa cultura de sustentabilidade permeia os negócios e é fortalecida por uma estrutura de gestão dedicada a avaliar e mitigar os riscos, potencializar as oportunidades a fim de ampliar os impactos positivos nos vieses ambientais, sociais e econômicos em nossas operações.

Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança para que a sustentabilidade ocorra de forma transversal em todo o Grupo CCR, desde o Conselho de Administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura. A atuação do Comitê de Riscos e Reputação, que assessora o CA, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem o desenvolvimento dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, ao aprimoramento das relações com os *stakeholders* e à organização das doações e patrocínios a projetos socioambientais.

A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade do Grupo CCR é decidida de forma colegiada através da Diretoria Executiva, do Comitê de Gente e ESG e do Conselho de Administração da CCR. A Diretoria Executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para as divisões de negócio. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos socioambientais é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento socioambiental.

Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR:

- Código de Ética
- Política do Meio Ambiente
- Política de Mudanças Climáticas
- Política de Responsabilidade Social
- Política de Gerenciamento de Riscos
- Política da Empresa Limpa

Para conhecer essas e outras políticas do Grupo CCR, acesse seção de Governança através do endereço abaixo:

www.ccr.com.br/ri

Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual e de Sustentabilidade (RAS) de forma integrada, adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela *Global Reporting Initiative* (GRI). Para ler edição mais recente do Relatório Anual e de Sustentabilidade acesse <http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>

4.1 Iniciativas voluntárias

O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são:

- Pacto Global (Organização das Nações Unidas - ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 Princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade.
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável.
- Carbon *Disclosure Program* (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor.
- *Global Reporting Initiative* (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa.
- Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse *framework* é explicar para os *stakeholders* como a companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais.

4.2 Instituto CCR

O Instituto CCR, entidade sem fins lucrativos, criado em 2014 responsável por gerir o investimento social do Grupo CCR, proporcionando transformação com apoio a projetos via leis de incentivo, campanhas institucionais e programas proprietários. O foco do Instituto CCR é a inclusão social por meio de iniciativas de geração de renda, saúde, educação, cultura e esporte.

Saiba mais em <http://www.institutoccr.com.br>.

5. Considerações Finais

5.1 Auditores Independentes

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

As demonstrações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com as práticas adotadas no Brasil, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes.

5.2 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

5.3 Agradecimentos

Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia.

Salvador, 9 de março de 2023.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia do Metrô da Bahia**
Salvador - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia do Metrô da Bahia (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia do Metrô da Bahia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

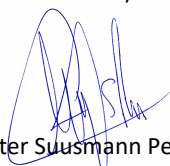
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 9 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Alyster Suusmann Pere
Contador CRC 1SP230426/O-9

Companhia do Metrô da Bahia

Balancos Patrimoniais
em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	489.886	241.367	Financiamentos	14	83.844	81.707
Aplicações financeiras	6	101.703	42.700	Passivo de arrendamento	11	997	-
Contas a receber do Poder Concedente	8	422.933	570.441	Fornecedores	15	73.308	61.572
Adiantamento a fornecedor		8.609	3.524	Fornecedores - partes relacionadas	10	811	3.066
Tributos a recuperar		10.977	2.900	Impostos e contribuições a recolher		2.291	1.568
Contas a receber	7	41.290	22.455	ISS parcelado		684	592
Contas a receber - partes relacionadas	10	207	161	Obrigações sociais e trabalhistas	16	25.721	21.990
Estoques (materiais sobressalentes)		43.221	21.483	Dividendos e juros sobre capital próprio		2.906	1.157
Despesas antecipadas e outros		7.199	6.490	Outras contas a pagar		4.211	2.401
Total do ativo circulante		1.126.025	911.521	Total do passivo circulante		194.773	174.053
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Realizável a longo prazo			
Contas a receber do Poder Concedente	8	2.074.767	2.106.483	Financiamentos	14	3.694.725	3.730.783
Tributos a recuperar		377	376	ISS parcelado		1.652	1.974
Estoques (materiais sobressalentes)		15.321	9.631	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	17	6.065	8.495
Despesas antecipadas e outros		568	562	IR e CS diferidos	9b	13.778	8.421
Total do ativo não circulante		2.091.033	2.117.052	Obrigações sociais e trabalhistas	16	1.043	608
Imobilizado				Imobilizado			
Imobilizado	12	33.379	33.950	Passivo de arrendamento	11	1.424	-
Intangível	13	2.502.602	2.587.089	Outras contas a pagar		171	391
Infraestrutura em construção	13	54.708	24.169	Total do passivo não circulante		3.718.858	3.750.672
Direito de uso em arrendamento	11	2.259	-	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		4.683.981	4.762.260	Capital social	18	1.887.045	1.745.342
Total do ativo		5.810.006	5.673.781	Reserva de lucros	18	9.330	3.714
						1.896.375	1.749.056
				Total do passivo e patrimônio líquido		5.810.006	5.673.781

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia do Metrô da Bahia

Demonstrações de resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	19	913.854	940.901
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(42.892)	(73.093)
Serviços		(38.546)	(30.647)
Depreciação e amortização	11, 12 e 13	(99.064)	(95.710)
Custo com pessoal		(117.431)	(98.366)
Materiais, equipamentos e veículos		(21.837)	(13.208)
Energia elétrica		(36.518)	(32.854)
Outros		(17.218)	(14.481)
		<u>(373.506)</u>	<u>(358.359)</u>
Lucro bruto		<u>540.348</u>	<u>582.542</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(29.454)	(17.292)
Serviços		(13.867)	(14.415)
Materiais, equipamentos e veículos		(2.344)	(1.994)
Depreciação e amortização	11, 12 e 13	(1.764)	(1.882)
Gastos com viagens e estadias		(667)	(91)
Impostos, taxas e despesas com cartório		(351)	(1.541)
Ressarcimento ao usuário		(40)	(83)
Lanches e refeições		(190)	(137)
Campanhas e eventos promocionais		(3.448)	(2.005)
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(497)	(247)
Reversão (provisão) para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários		2.430	(7.223)
Provisão para perda esperada - contas a receber das operações		(312)	(87)
Despesas legais e judiciais		(8.671)	(12.501)
Outros		(5.136)	(3.952)
		<u>(64.311)</u>	<u>(63.450)</u>
Outros resultados operacionais		1.611	1.032
Resultado antes do resultado financeiro		<u>477.648</u>	<u>520.124</u>
Resultado financeiro	20	<u>(464.926)</u>	<u>(288.774)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>12.722</u>	<u>231.350</u>
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	9a	<u>(5.357)</u>	<u>(79.197)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>7.365</u></u>	<u><u>152.153</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia do Metrô da Bahia

Demonstrações dos resultados abrangentes
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	7.365	152.153
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>7.365</u>	<u>152.153</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia do Metrô da Bahia

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Reserva de lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar	Legal	Retenção de lucros		
Saldos em 1° de janeiro de 2021		1.745.342	-	-	-	(147.282)	1.598.060
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	152.153	152.153
Destinações:							
Reserva legal		-	-	243	-	(243)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(1.157)	(1.157)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	3.471	(3.471)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>1.745.342</u>	<u>-</u>	<u>243</u>	<u>3.471</u>	<u>-</u>	<u>1.749.056</u>
Aumento de capital social em 02 de dezembro de 2022		150.869	-	-	-	-	150.869
Integralização de capital social em 02 de dezembro de 2022		-	(9.166)	-	-	-	(9.166)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	7.365	7.365
Destinações:							
Reserva legal	18b	-	-	368	-	(368)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18d	-	-	-	-	(1.749)	(1.749)
Reserva de retenção de lucros	18c	-	-	-	5.248	(5.248)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>1.896.211</u>	<u>(9.166)</u>	<u>611</u>	<u>8.719</u>	<u>-</u>	<u>1.896.375</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia do Metrô da Bahia

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	7.365	152.153
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.357	79.197
Depreciação e amortização	100.629	97.592
Baixa do ativo imobilizado e intangível	99	6
Juros e variação monetária sobre financiamentos	374.762	299.501
Receita de remuneração de contas a receber do Poder Concedente	(356.358)	(415.777)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(3)	-
Juros e variação monetária - partes relacionada	135.783	-
(Reversão) constituição da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	(2.292)	19.397
Atualização monetária sobre riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	490	159
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	50	-
Depreciação - direito de uso em arrendamento	199	-
Juros sobre impostos parcelados	428	374
Provisão para perda esperada - contas a receber das operações	312	86
Rendimento de aplicação financeira	(11.594)	7.363
	247.862	87.898
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber das operações	(19.147)	314.688
Contas a receber - partes relacionadas	(46)	127
Tributos a recuperar	(8.078)	(67)
Contas a receber do Poder Concedente	(214.237)	(560.252)
Recebimento - contas a receber do Poder Concedente	753.321	368.882
Estoques (materiais sobressalentes)	(27.428)	(11.546)
Adiantamento a fornecedores	(5.085)	3.540
Despesas antecipadas e outros	(715)	(2.546)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	11.739	(7.511)
Fornecedores - partes relacionadas	(144.217)	(11.205)
Obrigações sociais e trabalhistas	4.166	6.015
Impostos e contribuições a recolher	65	3.221
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(587)
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	(628)	(12.333)
Outras contas a pagar	1.590	523
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	606.527	331.000
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(5.666)	(4.995)
Adições ao ativo intangível	(39.929)	(66.903)
Outros de ativo intangível	2.063	12.502
Aplicações financeiras líquidas de resgate	(47.409)	(450)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(90.941)	(59.846)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Financiamentos:		
Pagamentos de principal	(66.283)	(75.001)
Pagamentos de juros	(342.400)	(79.079)
Integralização de capital	141.703	-
Arrendamento (Pagamentos)	(87)	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	(267.067)	(154.080)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	248.519	117.074
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	241.367	124.293
No final do exercício	489.886	241.367
	248.519	117.074

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia do Metrô da Bahia ("Companhia", "Concessionária" ou "CCR Metrô Bahia"), com sede localizada na rua Afeganistão do bairro Calabetão em Salvador – BA, tem como objeto social exclusivo realizar a exploração da concessão patrocinada pelo Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas (SMSL) outorgada pelo Estado da Bahia, compreendendo sua implantação, operação e manutenção e todas as atividades necessárias ou convenientes a este fim, incluindo, sem se limitar, a execução de serviços e obras, compra de equipamentos, montagens, adequação, manutenção e operação dos terminais de integração de passageiros, a implantação e gestão do sistema de bilhetagem eletrônica, e os demais atos correlatos ao cumprimento do contrato de concessão decorrente da concorrência promovida pelo Governo do Estado da Bahia.

A Concessão compreende os terminais de integração de passageiros, sendo eles: Acesso Norte, Retiro, Pirajá, Rodoviária Norte, Rodoviária Sul, Pituaçu, Mussurunga e Aeroporto; e, duas linhas metroviárias abrangendo 22 Estações, sendo elas: Lapa, Campo da Pólvora, Brotas, Bonocô, Acesso Norte, Retiro, Bom Juá, Pirajá, Campinas, Cajazeiras/Águas Claras, Detran, Rodoviária, Pernambués, Imbuí, CAB, Pituaçu, Flamboyant, Tamburugy, Bairro da Paz, Mussurunga, Aeroporto e Lauro de Freitas, num total de 41km de linha metroviária, sendo que a operação se desenvolverá de acordo com os Marcos Operacionais previstos no Contrato.

A Companhia do Metrô da Bahia, de capital fechado, foi constituída em 09 de setembro de 2013 e o Contrato de Concessão assinado com o Governo do Estado da Bahia em 15 de outubro de 2013, pelo prazo de 30 anos.

Em 25 de agosto de 2014, foram inaugurados a estação e o terminal de integração de ônibus de Retiro, pertencentes à Linha 1.

Em 23 de abril de 2015, a Companhia inaugurou a estação Bom Juá, pertencente à Linha 1.

Em 13 de maio de 2015, foi assinado o Termo Aditivo n.º 1 ao contrato de concessão, que desmembrou o Evento de Aporte n.º 5 em 3 novos eventos, sem alteração do valor total.

Em 17 de dezembro de 2015, foi assinado o Termo Aditivo n.º 2 ao Contrato de Concessão, cujas principais alterações foram:

- Transferência para a Companhia do Metrô da Bahia da responsabilidade pelo fornecimento da instalação de duas subestações retificadoras de energia elétrica;
- Adequação do projeto do Complexo de Manutenção de Pirajá e da localização da Estação Pirajá, para viabilizar a implantação do Trecho 3 da Linha 1 até Cajazeiras;
- Alteração do modelo operacional e de interligação das Linhas 1 e 2 do SMSL da Estação Bonocô para a Estação Acesso Norte;
- Reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato em decorrência das alterações acima mencionadas; e
- Reprogramação dos eventos de aportes previstos originalmente no Contrato de Concessão e no Aditivo n.º 1, sem alteração do seu valor total, e dos marcos operacionais.

Em 11 de janeiro de 2016, foi inaugurado o terminal de integração de ônibus de Acesso Norte, pertencente às Linha 1 e Linha 2.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 04 de fevereiro de 2016, foi inaugurado o terminal de integração de ônibus de Pirajá, pertencente à Linha 1.

Em 11 de fevereiro de 2016, a Companhia iniciou a operação comercial da Estação de Pirajá, pertencente à Linha 1.

Em 15 de maio de 2016, a Companhia iniciou a operação plena da Linha 1, com todas as estações dessa Linha funcionando diariamente das 5 horas da manhã até à meia noite, inclusive sábados, domingos e feriados.

Em 03 de outubro de 2016, foi assinado o Termo Aditivo n.º 3 ao Contrato de Concessão, cujas principais alterações foram:

- Desmembramento de alguns eventos de aportes, modificados a partir do termo aditivo n.º 2, a fim de garantir uma maior eficiência na prestação do serviço, de modo que o recebimento dos aportes de recursos, pela Companhia, guarde maior proporcionalidade com as etapas efetivamente executadas;
- Definição das regras e procedimentos para a integração física e tarifária com as linhas de ônibus metropolitanos.

Em 05 de dezembro de 2016, a Companhia iniciou a operação do primeiro trecho da Linha 2, abrangendo as estações Acesso Norte 2, Detran e Rodoviária.

Em 23 de maio de 2017, a Companhia inaugurou mais quatro novas estações da Linha 2 (Pernambué, Imbuí, CAB e Pituacu), totalizando quinze estações em pleno funcionamento, sendo oito na Linha 1, sete na Linha 2 e mais de 20 quilômetros de via.

Em 25 de julho de 2017, foi assinado o Termo Aditivo n.º 4 ao Contrato de Concessão, cujas principais alterações foram:

- Reequilíbrios econômico-financeiro do Contrato em decorrência de investimentos não previstos (R\$ 172.936 – base 04/2013);
- Reprogramação de alguns eventos de aportes e de marcos operacionais, a fim de garantir uma maior eficiência na prestação do serviço e no recebimento dos aportes de recursos.

Em 11 de setembro de 2017, a Companhia inaugurou mais quatro novas estações da Linha 2 (Flamboyant, Tamburugy, Bairro da Paz e Mussurunga), totalizando dezenove estações em pleno funcionamento, sendo oito na Linha 1, onze na Linha 2 e 29 quilômetros de via em operação. Além disso, concluiu a reforma do Terminal de Ônibus Mussurunga.

Em 11 de outubro de 2017, por decisão do Poder Concedente, foi efetuada amortização antecipada de parte das contraprestações ajustadas no Aditivo 4 ao Contrato de Concessão, no montante de R\$ 100.000, sendo que os saldos remanescentes foram considerados no Termo Aditivo n.º 5 ao Contrato de Concessão assinado em 04 de junho de 2018.

Em 04 de janeiro de 2018, foi inaugurado o terminal de integração de ônibus de Rodoviária Norte, pertencente a Linha 2.

Em 23 de março de 2018, foi inaugurado o terminal de integração de ônibus de Pituacu, pertencente à Linha 2.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 26 de abril de 2018, a Companhia inaugurou a estação Aeroporto, pertencente à Linha 2, bem como o serviço de “*shuttle*”, composto por um sistema de coletivos integrados para levar passageiros até terminal aéreo.

Em 4 de junho de 2018, foi assinado o Termo Aditivo n.º 5 ao Contrato de Concessão, que ratificou o montante de contraprestação anual marginal a ser pago pelo Poder Concedente com o desmembramento das contraprestações anuais marginais 4, 5 e 6 para as contraprestações 7, 8 e 9, respectivamente, e após o pagamento antecipado de R\$ 100.000 em 11 de outubro de 2017, o qual havia sido firmado no Termo de Compromisso celebrado em 25 de julho de 2017, para fins de amortização de investimentos reequilibrados no Termo Aditivo n.º 4. Essa antecipação de pagamento quitou integralmente a contraprestação anual marginal 3 e parcialmente as contraprestações anuais marginais 4 e 6.

Em 08 de agosto de 2018, foi inaugurado o terminal de integração de ônibus de Aeroporto, pertencente a Linha 2.

Em 7 de fevereiro de 2019, foi assinado o Termo Aditivo n.º 6 ao Contrato de Concessão, o qual promoveu alterações nas obrigações contratuais referentes à investimentos, redefinição das contraprestações incluindo 3 contraprestações marginais, redefinição do cronograma de Eventos de Aporte e Marcos Operacionais, inclusão da operação transitória do Marco Operacional 7 e início da operação plena do SMSL.

Em 28 de fevereiro de 2019, foram assinados os Termos de Recebimento Definitivo dos Marcos Operacionais 3, 4, 5 e 6, além do Termo de Recebimento Final do SMSL, dando então início à Operação Plena.

Em 16 de março de 2020, foi assinado o Termo Aditivo n.º 7 ao Contrato de Concessão, o qual promoveu alterações nas obrigações contratuais referentes à investimentos, redefinição das contraprestações, alterações econômico-financeira e redefinição do cronograma de Eventos de Aporte e Marcos Operacionais.

Em 15 de outubro de 2020, foi assinado o Termo Aditivo n.º 8 ao Contrato de Concessão, com a repactuação de contraprestações e investimentos estabelecidos no Termo Aditivo n.º 7, com a reprogramação de periodicidade e prazo do Risco Compartilhado de Demanda, reequilíbrio de novo escopo de investimento, solicitação da Companhia para instauração da Comissão de Acompanhamento e novas condições para integração metropolitana.

Em 27 de dezembro de 2021, foi celebrado o Termo Aditivo n.º 9 que incluiu como responsabilidade da Companhia as atividades de interface e integração da implantação do Tramo 3 da Linha 1 com infraestrutura já existente do Metrô. Em razão disso, foi estabelecido o reequilíbrio econômico-financeiro da concessão a ser pago na forma de contraprestações públicas trimestrais (Contraprestação Marginal 15). Foi redefinido também, as diretrizes de implantação da saída do Terminal de ônibus de Pirajá e o valor da contraprestação pública a ela referente (Contraprestação Marginal 14). O Termo Aditivo n.º 9 também prevê a possibilidade de que o Concedente solicite à Companhia a promoção de estudos relacionados ao Metrô, mediante ressarcimento, que poderão resultar em investimentos adicionais.

Em 29 de dezembro de 2022, foi assinado o Termo Aditivo n.º 10 que versa sobre a operação do Tramo 3 da Linha 1 (trecho entre a estação Pirajá e a estação Águas Claras/Cajazeiras) e sobre as diretrizes para a implantação e operação de conectividade banda larga via Wi-Fi nas estações do Sistema Metroviário Salvador e Lauro de Freitas (SMSL). Em razão da necessidade de se realizar a efetiva recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, foram estabelecidas duas novas contraprestações públicas mensais (Marginal 16 e Marginal 17), assim como seus montantes e condições de pagamento.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 2022

1.1.1. Principais eventos regulatórios

(a) Termo Aditivo e Modificativo n.º 10/2022 – Metrô Bahia

Em 29 de dezembro de 2022, foi celebrado o Termo Aditivo n.º 10, incorporando-se ao objeto da concessão, os seguintes itens: (i) incluir como responsabilidade do Metrô Bahia, a operação do Tramo 3 da Linha 1 do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas (“SMSL”), implantado pelo Concedente, com extensão de 4,65 quilômetros, composto por duas novas estações e dois novos terminais de integração de passageiros, bem como promover o correspondente reequilíbrio econômico-financeiro, no valor de R\$ 28.435, na data-base de abril de 2013, a ser pago em 246 parcelas iguais, mensais e sucessivas, com a primeira vencendo no mês de abril de 2023 (ou no mês subsequente ao de início da operação do Tramo 3 da Linha 1 do SMSL; (ii) prever a forma de definição da quantidade de frota de trens adicional, a ser adquirida pelo Concedente; (iii) estabelecer o critério de compartilhamento da demanda adicional de passageiros decorrente do Tramo 3 da Linha 1 do SMSL; e (iv) incluir a obrigação do Metrô Bahia de implantar e operar *wi-fi* nas Estações já existentes das Linhas 1 e 2 do SMSL pelo prazo de 7 anos, bem como a obrigação do Concedente de promover o correspondente reequilíbrio econômico-financeiro, no valor de R\$ 1.130, na data-base de abril de 2013, a ser paga em 84 parcelas mensais, iguais e sucessivas, com a primeira vencendo em fevereiro de 2023.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 9 de março de 2023, foi autorizada pelo Conselho da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- 2m Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 - R1)
- 7 Provisão para perda esperada
- 9b Impostos diferidos
- 13 Intangível e infraestrutura em construção
- 17 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários
- 21 Instrumentos financeiros

3. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) Moeda estrangeira

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados, exceto quanto às diferenças cambiais resultantes da conversão de *hedge* de fluxos de caixa qualificado e efetivo, que são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

b) Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As receitas metroviárias são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes do metrô. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a companhia presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) *Instrumentos financeiros*

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

- Aplicações financeiras

Referem-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) Estoque

Os estoques estão compostos na forma de materiais de manutenção a serem consumidos no processo de prestação de serviços, são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, inclui todos os custos de aquisição, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais e em condições de utilização. O custo dos estoques é baseado no princípio no custo médio ponderado.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 12.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

h) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item “n”.

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

i) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia; ou
- O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de usuários do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

k) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

l) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

n) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 - R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar dos usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo da concessão metroviária, tendo sido adotada a curva estimada de passageiros como base para a amortização.

o) Arrendamento

O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Os pagamentos do arrendamento incluem: (i) pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual; (iii) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; (iv) o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (v) pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia não é obrigado a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

p) Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2022, as novas normas abaixo descritas, que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2022:

- **Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06) após 30 de junho de 2021**

A alteração estendeu a disponibilidade do expediente prático de aplicação às concessões de aluguel para que qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afete apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022.

- **Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)**

As alterações buscam esclarecer quais custos devem ser considerados na estimativa do custo de cumprimento de um contrato para avaliar se o contrato é oneroso. Para isso, foram considerados tanto os custos incrementais de cumprimento do contrato quanto alocação de outros custos que se relacionam diretamente com o cumprimento do contrato. As alterações são efetivas para contratos em que uma entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações em ou após 1º de janeiro de 2022.

- **Revisão anual das normas contábeis adotadas no Brasil (aplicáveis para a Companhia)**

i. CPC 37 – Adoção pela Primeira Vez das Normas CPC por subsidiárias

Esta alteração simplifica a aplicação da CPC 37 para uma subsidiária que adota pela primeira vez as Normas CPC depois de sua controladora – ou seja, se uma subsidiária adota as Normas CPC posteriormente e aplica a CPC 37. Uma subsidiária pode optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações estrangeiras em valores incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

na data de transição da controladora para as normas CPC.

CPC 48 – Instrumentos Financeiros – Taxas incluídas no teste de ‘10 por cento’ para baixa de passivos financeiros

Esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de ‘10 por cento’ ao avaliar se um passivo financeiro deve ser desreconhecido. Assim, uma entidade incluiria apenas as taxas pagas ou recebidas entre a entidade (o devedor) e o credor, incluindo taxas pagas ou recebidas pela entidade ou pelo credor em nome da outra parte.

ii. CPC 06 – Arrendamentos

A alteração removeu o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros, visto que o exemplo clarifica se o reembolso atenderia à definição de incentivo de arrendamento na CPC 06.

• **Referências à estrutura conceitual – alterações ao CPC 15**

As alterações atualizaram o expediente da norma para que se refira à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura Conceitual de 1989, adiciona um requisito de que, para transações e outros eventos dentro do escopo do CPC 15, um adquirente aplique o CPC 15 (em vez da Estrutura Conceitual) para identificar os passivos que assumiu em uma combinação de negócios; adiciona uma declaração explícita de que um adquirente não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.

q) ***Novas normas ainda não efetivas***

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26 e CPC 23;
- CPC 50 – Contratos de seguros;
- Divulgação de políticas contábeis – alterações ao CPC 23;
- Definição de estimativas contábeis – alterações ao CPC 23;
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* – alterações ao CPC 06;
- Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada ou *joint venture* – alterações ao CPC 36 e CPC 18; e
- Passivo não circulante com *covenants* – alterações ao CPC 26.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto ao Poder Concedente, que potencialmente sujeitam a Companhia a concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) relativo aos financiamentos e do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativo às debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 10, 14 e 21.

As tarifas da concessão são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Para maiores detalhes vide nota explicativa n.º 21.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional do negócio, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas na respectiva nota explicativa.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores incluem pagamento de juros contratuais:

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Entre 2 e 3 anos</u>	<u>Entre 3 e 4 anos</u>	<u>Acima de 4 anos</u>
Financiamentos e arrendamentos (a)	412.152	412.172	412.172	412.172	6.526.055
Fornecedores e outras contas a pagar	77.519	171	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	2022	2021
Caixa e bancos	1.623	1.027
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	488.263	240.340
Total - Caixa e equivalentes de caixa	489.886	241.367
	2022	2021
Circulante		
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	101.703	42.700
Total - Circulante	101.703	42.700

As aplicações financeiras foram remuneradas, à taxa média de 102,43% do CDI, equivalente a 12,73% a.a., em 31 de dezembro de 2022 (99,39% do CDI, equivalente a 4,37% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2021).

7. Contas a receber das operações

	2022	2021
Circulante		
Receitas tarifárias (a)	40.216	21.458
Receitas acessórias (b)	1.551	1.162
	41.767	22.620
Provisão para perda esperada - contas a receber das operações (c)	(477)	(165)
	41.290	22.455

Idade de Vencimento dos Títulos

	2022	2021
Créditos a vencer	40.932	22.010
Créditos vencidos até 60 dias	271	385
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	87	60
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	179	131
Créditos vencidos há mais de 180 dias	298	34
	41.767	22.620

(a) Créditos a receber da Companhia Metropolitana da Bahia decorrentes de serviços prestados aos usuários;

(b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão; e

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) Provisão para perda esperada – contas a receber das operações, reflete a perda esperada da Companhia.

8. Contas a receber do Poder Concedente

	2021		2022				Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Recebimento	Remuneração	Transferências	Outros	
Circulante							
Contraprestação pecuniária - parcela fixa (a)	236.739	4.060	(264.447)	3.824	272.801	985 (c)	253.962
Contraprestação pecuniária - parcela variável (a)	2.906	38.482	(38.181)	-	1.723	-	4.930
Mitigação de demanda (b)	330.796	-	(450.693)	-	283.938	-	164.041
Total ativo circulante	570.441	42.542	(753.321)	3.824	558.462	985	422.933
Não circulante							
Contraprestação pecuniária - parcela fixa (a)	1.964.867	10.734	-	337.740	(274.524)	-	2.038.817
Mitigação de demanda (b)	141.616	178.272	-	-	(283.938)	-	35.950
Total não circulante	2.106.483	189.006	-	337.740	(558.462)	-	2.074.767
Total geral	2.676.924	231.548	(753.321)	341.564	-	985	2.497.700

- (a) Refere-se ao direito contratual de receber aporte público e contraprestação pecuniária do Poder Concedente, como parte da remuneração de implantação de infraestrutura pelas controladas, sendo que os valores são registrados pelos seus valores presentes, os quais são calculados pelas taxas internas de retorno de cada um dos contratos de concessão, à medida da evolução física das melhorias efetuadas;
- (b) Refere-se a créditos a receber do Poder Concedente, em razão de demanda realizada a menor em comparação à demanda projetada no anexo n.º 8 do contrato de concessão, decorrente de cláusula de mitigação de risco de demanda;

O saldo de contas a receber pela mitigação de risco de demanda, em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 199.991, dos quais R\$ 56.181 é relativo ao 3º ano de operação plena (período de 1º de março de 2021 a 28 de fevereiro de 2022) e R\$ 143.810 é relativo aos dez primeiros meses de apuração do 4º ano de operação plena (período de 1º de março de 2022 a 31 de dezembro de 2022); e

- (c) Refere-se ao valor de desapropriação e reassentamento, com base no disposto na subcláusula 8.8.4 do contrato de concessão do Metrô Bahia.

Cronograma de recebimento – não circulante

2024	385.940
2025	219.068
2026	176.150
2027	160.062
2028 em diante	1.133.547
	2.074.767

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	12.722	231.350
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(4.325)	(78.659)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(181)	136
Despesas indedutíveis	(849)	(673)
Outros ajustes tributários	(2)	(1)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(5.357)</u>	<u>(79.197)</u>
Impostos diferidos	<u>(5.357)</u>	<u>(79.197)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>42,11%</u>	<u>34,23%</u>

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2021	Reconhecido no resultado	2022		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	721.539	65.334	786.873	786.873	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	2.549	650	3.199	3.199	-
Provisão para perda esperada - contas a receber e outras contas a receber	80	111	191	191	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	2.888	(826)	2.062	2.062	-
Déficit com receita tarifária	-	-	-	-	-
Resultado de operações com derivativos	4.273	(154)	4.119	4.528	(409)
Receita de remuneração de ativos financeiros	(496.475)	(82.016)	(578.491)	-	(578.491)
Provisão para fornecedores	4	(2)	2	2	-
Provisão de receita	3.551	1.360	4.911	4.911	-
Arrendamento - CPC 06	-	55	55	55	-
Capitalização de juros	(231.325)	8.750	(222.575)	-	(222.575)
Custos de transação de empréstimo	(15.712)	1.116	(14.596)	-	(14.596)
Outros	207	265	472	472	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	(8.421)	(5.357)	(13.778)	802.293	(816.071)
Compensação de imposto	-	-	-	(802.293)	802.293
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	<u>(8.421)</u>	<u>(5.357)</u>	<u>(13.778)</u>	<u>-</u>	<u>(13.778)</u>

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	Reconhecido no resultado	2021		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas	709.379	12.160	721.539	721.539	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	448	2.101	2.549	2.549	-
Provisão para perda esperada - contas a receber e outras contas a receber	51	29	80	80	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	433	2.455	2.888	2.888	-
Déficit com receita tarifária	4.271	(720)	3.551	3.551	-
Resultado de operações com derivativos	4.526	(253)	4.273	4.273	-
Receita de remuneração de ativos financeiros	(391.674)	(104.801)	(496.475)	-	(496.475)
Capitalização de juros	(240.052)	8.727	(231.325)	-	(231.325)
Custo de transação de empréstimos	(16.864)	1.152	(15.712)	-	(15.712)
Outros	258	(47)	211	211	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	70.776	(79.197)	(8.421)	735.091	(743.512)
Compensação de imposto	-	-	-	(735.091)	735.091
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	70.776	(79.197)	(8.421)	-	(8.421)

(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

2024	37.670
2025	42.374
2026	47.819
2027	68.621
2028 em diante	590.389
	<u>786.873</u>

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2022 e 2021, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, seus controladores, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Saldos					
	2022			2021		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Ativo						
Aplicações financeiras	-	1.761	1.761	-	-	-
Bancos conta movimento	-	1.758	1.758	-	-	-
Contas a receber	17	190	207	91	70	161
Intangível	-	-	-	386	-	386
Passivo						
Fornecedores e outras contas a pagar	225	586	811	596	2.470	3.066

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Transações					
	2022			2021		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Custos /despesas de serviços prestados - especializados e consultorias	-	4.037	4.037	7.504	-	7.504
Custos / despesas com infraestrutura utilizada	13	1.953	1.966	-	11.226	11.226
Custos / despesas com serviços prestados - transmissão de dados	-	-	-	-	57	57
Custos / despesas - doações	-	-	-	-	423	423
Custos / despesas - taxas de administração de cartões eletrônicos	-	-	-	-	63	63
Despesas de prestação de serviços - CCR GBS	2.430	-	2.430	-	-	-
Repasse de custos e despesas - CCR GBS	15.110	-	15.110	-	-	-
Repasse de custos e despesas de colaboradores	221	235	456	-	-	-
Benefício da previdência privada de colaboradores	-	254	254	-	-	-
Receitas financeiras	-	34	34	-	-	-
Despesas financeiras	-	1	1	-	-	-
Receitas acessórias na faixa domínio	-	91	91	-	-	-
Receitas de locação de espaços	-	-	-	-	250	250
Despesas de prestação de garantias em emissões de dívidas	135.783	-	135.783	-	-	-

Despesas com profissionais chave da administração

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Remuneração (a):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	951	1.688
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão (reversão) de PPR do ano anterior pago no ano	723	(146)
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	1.023	1.106
Previdência privada	60	52
Seguro de vida	2	3
	<u>2.759</u>	<u>2.703</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Remuneração dos administradores (a)	1.119	1.201

a) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

Na Assembleia Geral Ordinária realizada (AGO) em 11 de abril de 2022, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de Administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.800. A remuneração anual inclui salários, benefícios, remuneração variável pagas no ano e contribuição para seguridade social.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Arrendamento

a. Direito de uso de arrendamento

	<u>2021</u>	<u>2022</u>	
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo final</u>
Valor de custo			
Veículos	-	2.458	2.458
Total do custo	<u>-</u>	<u>2.458</u>	<u>2.458</u>
Valor de depreciação			
Veículos	-	(199)	(199)
Total da depreciação	<u>-</u>	<u>(199)</u>	<u>(199)</u>
Total geral	<u>-</u>	<u>2.259</u>	<u>2.259</u>

b. Passivo de arrendamento

	<u>2021</u>		<u>2022</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversão do ajuste a valor presente</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo final</u>
Circulante	-	849	50	(87)	185	997
Não circulante	-	1.609	-	-	(185)	1.424
	<u>-</u>	<u>2.458</u>	<u>50</u>	<u>(87)</u>	<u>-</u>	<u>2.421</u>

O cálculo a valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros nominal de 9,64% a.a. As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi reconhecido um montante de R\$ 140 como despesa de aluguel, decorrente de arrendamentos não reconhecidos como tal, dada sua característica de curto prazo.

Cronograma (não circulante)

2024	791
2025	633
	<u>1.424</u>

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2021		2022		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	
					(a)	Saldo final
Valor de custo						
Móveis e utensílios		13.577	-	(3)	261	13.835
Máquinas e equipamentos		34.285	-	(455)	1.708	35.538
Veículos		6.090	-	(247)	-	5.843
Instalações e edificações		455	-	-	-	455
Sistemas operacionais		169	-	-	-	169
Imobilizações em andamento		3.676	5.666	-	(2.555)	6.787
Total do custo		58.252	5.666	(705)	(586)	62.627
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	10	(5.571)	(1.385)	1	-	(6.955)
Máquinas e equipamentos	10	(12.862)	(3.628)	380	-	(16.110)
Veículos	22	(5.361)	(542)	247	-	(5.656)
Instalações e edificações	(b)	(455)	-	-	-	(455)
Sistemas operacionais	11	(53)	(19)	-	-	(72)
Total da depreciação		(24.302)	(5.574)	628	-	(29.248)
Total geral		33.950	92	(77)	(586)	33.379

	Taxa média anual de depreciação %	2021		2021		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	
					(a)	Saldo final
Valor de custo						
Móveis e utensílios		13.453	-	-	124	13.577
Máquinas e equipamentos		33.232	-	(6)	1.059	34.285
Veículos		6.116	-	(34)	8	6.090
Instalações e edificações		455	-	-	-	455
Sistemas operacionais		169	-	-	-	169
Imobilizações em andamento		1.348	4.995	-	(2.667)	3.676
Total do custo		54.773	4.995	(40)	(1.476)	58.252
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	10	(4.219)	(1.352)	-	-	(5.571)
Máquinas e equipamentos	10	(9.328)	(3.534)	-	-	(12.862)
Veículos	22	(4.618)	(777)	34	-	(5.361)
Instalações e edificações	(b)	(455)	-	-	-	(455)
Sistemas operacionais	11	(34)	(19)	-	-	(53)
Total da depreciação		(18.654)	(5.682)	34	-	(24.302)
Total geral		36.119	(687)	(6)	(1.476)	33.950

- (a) Reclassificações entre ativo imobilizado e intangível; e
(b) Bens totalmente depreciados.

Não houve custos capitalizáveis nos exercícios de 2022 e 2021.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível e infraestrutura em construção

	Taxa média anual de amortização %	2021		2022			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências		
					(a)	Outros (c)	Saldo final
Valor de custo							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		2.915.108	-	(26)	8.418	(2.063)	2.921.437
Direitos de uso de sistemas informatizados		11.664	-	-	1.809	-	13.473
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		891	3.649	-	(1.223)	-	3.317
Total do custo		2.927.663	3.649	(26)	9.004	(2.063)	2.938.227
Valor de amortização							
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	(333.529)	(93.314)	4	-	-	(426.839)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(7.045)	(1.741)	-	-	-	(8.786)
Total da amortização		(340.574)	(95.055)	4	-	-	(435.625)
Total do intangível		2.587.089	(91.406)	(22)	9.004	(2.063)	2.502.602
Intangível em construção		24.169	42.459	-	(8.418)	(3.502)	54.708

	Taxa média anual de amortização %	2020		2021		
		Saldo inicial	Adições	Transferências	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		2.868.865	-	73.581	(27.338)	2.915.108
Direitos de uso de sistemas informatizados		10.182	-	1.482	-	11.664
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		6	891	(6)	-	891
Total do custo		2.879.053	891	75.057	(27.338)	2.927.663
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	(243.501)	(90.028)	-	-	(333.529)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(5.163)	(1.882)	-	-	(7.045)
Total da amortização		(248.664)	(91.910)	-	-	(340.574)
Total do intangível		2.630.389	(91.019)	75.057	(27.338)	2.587.089
Infraestrutura em construção		20.769	76.763	(73.581)	218	24.169

(*) Amortização pela curva de benefício econômico.

- (a) Reclassificação entre ativo imobilizado, infraestrutura em construção e intangível;
 (b) O montante de R\$ 27.120 refere-se à: (i) R\$ 14.845 a desapropriações; (ii) R\$ 12.502 a recebimento de sinistro; (iii) redução do ativo financeiro em R\$ 239; e (iv) R\$ 12 a caução; e
 (c) O montante de R\$ 5.565 refere-se à: (i) R\$ 985 a desapropriações; (ii) R\$ 1.078 a recebimento de sinistro; e (iii) redução por transferência de saldo para o ativo financeiro no montante de R\$ 3.502 relativos a obras realizadas.

Não houve custos capitalizáveis nos exercícios de 2022 e 2021.

14. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custo de transação incorrido	Saldos dos custos a apropriar em		Vencimento final	2022	2021
				2022	2021			
BNDES - FINEM II	TJLP + 3,18% a.a.	3,4364% (a)	43.108	25.588	-	Outubro de 2042	2.619.135	2.643.488 (b)(c)(d)
BNDES	TJLP +3,18% a.a.	N/I	-	-	-	Outubro de 2042	3.252	3.311 (b)(c)(d)
BNDES - FINEM II	TJLP + 4% a.a.	4,3450% (a)	13.085	8.874	-	Outubro de 2042	711.770	717.045 (b)(c)(d)
BNDES	TJLP + 3,40% a.a.	3,4979% (a)	8.871	8.466	-	Outubro de 2042	444.412	448.646 (b)(c)(d)
Total geral				42.928			3.778.569	3.812.490
Circulante								
Financiamentos							87.042	84.993
Custos de transação							(3.198)	(3.286)
							83.844	81.707
Não Circulante								
Financiamentos							3.734.455	3.773.711
Custos de transação							(39.730)	(42.928)
							3.694.725	3.730.783

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada;

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Garantias:

- (b) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis;
- (c) Garantia real; e
- (d) 100% aval/fiança corporativa da CCR.

Cronograma de desembolso (não circulante)

	<u>2022</u>
2024	79.625
2025	87.067
2026	95.206
2027	104.107
2028 em diante	3.368.450
(-) Custos de transação	(39.730)
	<u>3.694.725</u>

Para os financiamentos junto ao BNDES da Companhia, houve o não atingimento de 1,3 de ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) e que não implica em inadimplemento, mas impõe restrições ao pagamento de dividendos acima do mínimo obrigatório, redução de capital e outros pagamentos devidos aos acionistas (incluindo mútuos) até que o índice retorne ao patamar mínimo de 1,3.

15. Fornecedores

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais	71.493	60.468
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros	8	2
Cauções e retenções contratuais	1.807	1.102
	<u>73.308</u>	<u>61.572</u>

16. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Circulante		
Salários e remunerações a pagar	3.694	2.885
Benefícios a pagar	137	115
Gratificações e participações a pagar	9.842	8.222
Encargos sociais e previdenciários	3.573	3.015
Provisão para férias e 13º salário	8.475	7.753
	<u>25.721</u>	<u>21.990</u>
Não circulante		
Salários e remunerações a pagar	1.043	608
	<u>1.043</u>	<u>608</u>

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e previdenciárias.

17.1 Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2021		2022		Atualização de bases processuais e monetária	Saldo final
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos		
Não circulante						
Cíveis	679	183	(589)	(157)	54	170
Trabalhistas e previdenciárias	7.816	7.211	(9.097)	(471)	436	5.895
	<u>8.495</u>	<u>7.394</u>	<u>(9.686)</u>	<u>(628)</u>	<u>490</u>	<u>6.065</u>

17.2 Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2022	2021
Cíveis e administrativos	768	1.387
Trabalhistas e previdenciários	1.174	644
	<u>1.942</u>	<u>2.031</u>

18. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e parcialmente integralizado da Companhia é de R\$ 1.896.211 dividido em 1.896.211.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

Em 02 de dezembro de 2022, foi aprovado o aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 150.869, mediante aporte em moeda corrente no País, com a emissão de 150.869.495 ações ordinárias, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas por sua única acionista CCR S.A.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da lei n.º 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social o qual já foi atendido.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Reserva de retenção de lucros

Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da lei n.º 6.404/1976. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração, e será aprovada pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o Estatuto Social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (lei n.º 6.404/1976).

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2022, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2022
Lucro líquido do exercício	7.365
(-) Constituição de reserva legal	(368)
Lucro líquido ajustado	6.997
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% sobre o lucro líquido ajustado	1.749

19. Receitas operacionais líquidas

	2022	2021
Receitas metroviárias	293.659	198.483
Receitas de remuneração de contraprestação pecuniária fixa	348.112	392.752
Receitas de construção (ICPC 01)	42.892	73.093
Receitas de prestação de serviços - partes relacionadas	91	250
Receitas de contraprestação pecuniária variável	38.482	29.816
Receita de mitigação de demanda	178.272	236.976
Receitas acessórias	13.753	10.850
Receita bruta	915.261	942.220
Impostos sobre receitas	(1.385)	(1.298)
Devoluções e abatimentos	(22)	(21)
Deduções das receitas brutas	(1.407)	(1.319)
Receita operacional líquida	913.854	940.901

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Resultado financeiro

	2022	2021
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(363.228)	(299.501)
Comissão de fianças partes relacionadas	(135.783)	-
Varição monetária sobre financiamentos	(11.534)	-
Juros sobre parcelamento de ISS	(428)	(374)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(22)	(6)
Ajuste a valor presente - arrendamentos	(50)	
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(2.809)	(2.796)
	(513.854)	(302.677)
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	48.473	10.441
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	25	6
Receita de juros de mitigação	-	3.305
Juros e outras receitas financeiras	430	151
	48.928	13.903
Resultado financeiro líquido	(464.926)	(288.774)

21. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora indireta CCR da Companhia possui um Comitê de Estratégia, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos financeiros por categoria

	Nível	2022	2021
Ativos			
Valor justo através do resultado			
Caixa e bancos	Nível 2	1.623	1.027
Aplicações financeiras	Nível 2	589.966	283.040
		591.589	284.067
Custo amortizado			
Contas a receber		41.290	22.455
Contas a receber do Poder Concedente		2.497.700	2.676.924
Contas a receber de clientes - partes relacionadas		207	161
		2.539.197	2.699.540
Passivos			
Custo amortizado			
Financiamentos (a)		(3.778.569)	(3.812.490)
Fornecedores e outras contas a pagar		(77.690)	(64.364)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas		(811)	(3.066)
Dividendos e juros sobre capital próprio		(2.906)	(1.157)
		(3.859.976)	(3.881.077)
		(729.190)	(897.470)

(a) Valores líquidos do custo de transação.

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de financiamentos com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2023 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco	Exposição em R\$ (5) (6)	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
TJLP (3)	3.821.497	(401.187)	(469.638)	(538.107)
Efeito sobre empréstimos		(401.187)	(469.638)	(538.107)
CDI (2)	591.420	58.949	73.445	87.846
Efeito sobre as aplicações financeiras		58.949	73.445	87.846
Selic over (4)	2.335	(319)	(398)	(478)
Efeito sobre as obrigações parceladas		(319)	(398)	(478)
Total do efeito de ganho / (perda)		(342.557)	(396.591)	(450.739)
As taxas de juros consideradas foram (1):				
CDI (2)		13,6500%	17,0600%	20,4700%
TJLP (3)		7,1900%	9,0000%	10,7900%
Selic over (4)		13,6500%	17,0600%	20,4700%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2022, divulgada pela B3;
- (3) Refere-se à taxa de 31/12/2022, divulgada pelo BNDES;
- (4) Refere-se à taxa de 31/12/2022, divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- (5) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixadas;
- (6) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2022 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (7) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI, TJLP e Selic over).

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Demonstração dos fluxos de caixa

- a.* Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2022	2021
Contas a receber do Poder Concedente	-	239
Fornecedores - partes relacionadas	6.179	10.751
Fornecedores	-	(12)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	6.179	10.978
Adições ao ativo intangível	(6.179)	(10.751)
Outros de ativo imobilizado e intangível	-	(227)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(6.179)	(10.978)

- b.* A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

- c.* Reconciliação das atividades de financiamento

	Financiamento	Passivo de arrendamento	Capital social	Total
Saldo inicial	(3.812.490)	-	(1.745.342)	(3.812.490)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Integralização de capital	-	-	(141.703)	(141.703)
Pagamentos de principal e juros	408.683	-	-	408.683
Arrendamento	-	87	-	87
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	408.683	87	(141.703)	267.067
Outras variações				
Despesas com juros e variação monetária	(374.762)	-	-	(374.762)
Reversão do ajuste a valor presente	-	(50)	-	(50)
Outras variações que não afetam caixa	-	(2.458)	-	(2.458)
Total das outras variações	(374.762)	(2.508)	-	(377.270)
Saldo final	(3.778.569)	(2.421)	(1.887.045)	(3.922.693)

23. Evento subsequente

• **Redução de capital**

Em 15 de fevereiro de 2023 foi aprovado a redução de capital da Companhia, por ser excessivo em relação às atividades constantes em seu objeto social, em conformidade com o disposto no artigo 173 da LSA no montante de R\$ 250.000 mediante a devolução do referido valor à sua única acionista, com pagamento em moeda corrente nacional com o consequente cancelamento de 250.000.000 de ações ordinárias de emissão da Companhia. O capital social da Companhia passará de R\$ 1.896.211 para R\$ 1.646.211.

* * *

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Marcio Magalhães Hannas	Presidente
Roberto Vollmer Labarthe	Conselheiro
Roberto Penna Chaves Neto	Conselheiro

Composição da Diretoria

André Luis Pereira Costa	Diretor Presidente
Marcio Magalhães Hannas	Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0 S/BA

DocuSigned by:
Fabia Da Vera Cruz Campos Stancatti
Assinado por: FABIA DA VERA CRUZ CAMPOS STANCATTI:178928778...
CPF: 17892877827
Data/Hora da Assinatura: 10/03/2023 | 12:06:43 PST

89B3E326D0ED43D8A5B2597E8F4F073C

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 64943970358B4CCC96D5672531A07FBB

Status: Concluído

Assunto: DFs_MetrôBahia_4T2022

Unidade proprietária do documento: Metrô Bahia

Envelope fonte:

Documentar páginas: 50

Assinaturas: 1

Certificar páginas: 5

Rubrica: 0

Assinatura guiada: Ativado

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

Fuso horário: (UTC-08:00) Hora do Pacífico (EUA e Canadá)

Remetente do envelope:

Mariana De Oliveira Savelli

Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães
Pellegrini

nº. 200, Blocos A, B, C e D, Bairro Retiro

Jundiaí/SP, São Paulo 13.209-500

mariana.savelli@grupoccr.com.br

Endereço IP: 177.130.114.26

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Mariana De Oliveira Savelli

Local: DocuSign

10/03/2023 03:38:22

mariana.savelli@grupoccr.com.br

Eventos do signatário

Fabia Da Vera Cruz Campos Stancatti

fabia.stancatti@grupoccr.com.br

GBS

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
(Nenhuma), Certificado Digital**Detalhes do provedor de assinatura:**

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC VALID RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 14/12/2022 12:01:40

ID: 337a22f3-b6ab-4b3c-9f5f-fe43b6a3fed6

Nome da empresa: GBS

Assinatura

DocuSigned by:

 89B3E326D0ED43D...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 177.130.114.26

Registro de hora e data

Enviado: 10/03/2023 03:39:49

Visualizado: 10/03/2023 03:55:54

Assinado: 10/03/2023 12:06:48

Eventos do signatário presencial**Assinatura****Registro de hora e data****Eventos de entrega do editor****Status****Registro de hora e data****Evento de entrega do agente****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega intermediários****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega certificados****Status****Registro de hora e data****Eventos de cópia****Status****Registro de hora e data****Eventos com testemunhas****Assinatura****Registro de hora e data****Eventos do tabelião****Assinatura****Registro de hora e data****Eventos de resumo do envelope****Status****Carimbo de data/hora**

Envelope enviado

Com hash/criptografado

10/03/2023 03:39:50

Entrega certificada

Segurança verificada

10/03/2023 03:55:54

Assinatura concluída

Segurança verificada

10/03/2023 12:06:48

Concluído

Segurança verificada

10/03/2023 12:06:48

Eventos de pagamento**Status****Carimbo de data/hora**

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, GBS (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact GBS:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To advise GBS of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at gbstools@gbstools.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from GBS

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to gbstools@gbstools.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number.

To withdraw your consent with GBS

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;

ii. send us an email to and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. . .

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify GBS as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by GBS during the course of your relationship with GBS.